

Edição 05 – Novembro 2013

Olá car@s leitor@s! Estamos em nossa quinta edição do boletim *Abiodum*! É a segunda edição em 2013, no mês de novembro, em que o dia 20 convoca a todos educadores e estudantes, enfim às comunidades educativas, a refletir sobre as relações etnicorraciais no Brasil. Dia 20 de novembro de 1695, data do assassinato do líder quilombola Zumbi, após anos de confrontos, foi tomada pelo movimento social negro como referência histórica para marcar suas reivindicações sob o mote da Consciência Negra. Contudo, quanto mais se constrói no Brasil as condições para o reconhecimento de que há racismo contra a população negra, de que ele permeia todos os espaços sociais e de que isto veio produzindo toda sorte de opressão – cultural, política e econômica –, mais o 20 de novembro transforma-se em um dia nacional pela consciência sobre as relações etnicorraciais! Como já observamos no *Abiodum* 4, o ano de 2013 deve ser dedicado à problematizar o que se alcançou após 10 anos de alteração da LDBEN pela Lei 10.639/03, a qual inclui a história africana e afro-brasileira como saberes inquestionáveis do currículo escolar. E, por certo, tais saberes relacionam-se diretamente com a dinâmica das relações etnicorraciais na educação, posto que alteram profundamente o ethos eurocêntrico com o qual educador@s, gestor@s e mesmo estudantes pensavam e lidavam com as relações etnicorraciais. Vamos às contribuições pelas quais, nós do núcleo que estuda relações etnicorraciais na educação, no interior do PET Pedagogia, organizamos para oferecer a vocês leitor@s mais elementos para compreender a educação no Brasil. De Cuiabá, no centro-oeste do Brasil, vem o relato pedagógico de uma professora da educação básica, que com seus estudantes e com comunidades diversas, faz conhecer a pluralidade de repertórios e suas histórias. A entrevista desta edição traz do nordeste do Brasil algumas notas reflexivas em forma de respostas, do Prof. Moisés de Melo Santana, da UFRPE, a partir de sua atuação nacional pró educação das relações etnicorraciais. Além destes materiais, as nossas duas indicações de instituições que compõem as mobilizações nacionais por uma sociedade brasileira efetivamente democrática. Boa leitura!



Uma pedagógica na EMEB Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon - Cuiabá MT

O trabalho que relato foi desenvolvido pautando as relações étnico-raciais, desde 2000, com ações pedagógicas que vêm sendo realizadas com as 460 crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Tais ações tem como base as manifestações culturais da Baixada Cuiabana, do Pantanal e do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Verificou-se que tais manifestações, dessas regiões de Mato Grosso, poderiam fazer parte das atividades escolares, para aproximar as crianças dos repertórios antropológicos locais, por meio de práticas que contribuíssem para a desconstrução das diferenças raciais e de ideias preconcebidas, criadas na educação familiar de cada uma, em relação ao racismo.

As atividades consistiram, primeiramente, em envolver os alunos nas discussões e ações a respeito da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. As imagens proporcionadas na experiência sensível do corpo pautaram algumas ações: a visita na comunidade dos Quilombolas em Vila Bela de Santíssima Trindade/MT com os educandos, envolvendo toda a escola de forma interdisciplinar; a organização e participação do EIDANCCE - Encontro Interescolar de Dança Afro e Cultura da Cidade (de Cuiabá) que acontece há onze anos na Semana da Consciência Negra. Foram desenvolvidos vários subprojetos, como aquele em que levantamos com as crianças as muitas histórias contadas sobre os costumes dos avôs, causos e lendas trazidos nas conversas de calçadas da comunidade, que já foi local de muita perseguição policial e mortes.

Compreendemos estas práticas como contexto de pesquisa dialógica entre gerações, as quais trouxeram histórias e brincadeiras que foram sendo ampliadas com as leituras dos livros *O Casamento Entre O Céu e a Terra - Contos dos Povos Indígenas do Brasil* (Leonardo Boff, editora Salamandra, 2001); *Bruna e a Galinha D'Angola* (Gercilga S. de Almeida, editora Pallas, 2000) e materiais da coleção *A Cor Da Cultura* (<http://www.acordacultura.org.br>). O segundo livro citado despertou a curiosidade dos alunos e resultou em produção de dramatização e brincadeiras.



Visita à biblioteca em comunidade quilombola



Além disso, tivemos visitas e experiências nas festas religiosas, festas tradicionais da região e nos congas – termo usado para referência aos terreiros de cultos religiosos de matriz africana em

Cuiabá.



Sobre a cultura local, foram lidos e analisados livros, documentos e fotografias dos mestres dos rasqueado cuiabano, visita à Rádio Cultura de Cuiabá, na qual os alunos questionaram a ausência desta música tradicional cuiabana, e a produção final foi uma exposição montada por eles para a comunidade, no Dia Estadual do Rasqueado (7 de abril), que contou com a participação de cantores e violonista, trompetista, acordeonista e tecladista do rasqueado cuiabano. Esta produção musical remete, sua origem, à integração entre ribeirinhos mato-grossenses com paraguaios, de onde o uso da viola-de-cocho e do violão paraguaio fizeram emergir no final do século XIX uma música que combinou siriri mato-grossense e polca

paraguaia.



Outra experiência marcante foi a pesquisa feita na comunidade para identificar as relações de gênero e manifestações culturais que resultou na identificação das mulheres negras como expressividade do Bairro Alvorada, e a homenagem a elas no Dia Internacional da Mulher (2011). Tivemos Exposição de Fotografias na escola, que uniu imagens das mulheres entrevistadas do bairro e as mulheres afros, bolivianas, pelos fotógrafos Hélio Caldas, Mário Fredländer e Luca Sipnoza.

Com estas todas estas atividades vamos efetivando a lei 10.639/03, ao integrar de modo marcante em nosso currículo, os repertórios socio-culturais de comunidades negras, em perspectiva crítica e valorativa, de modo a construir com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, práticas de (re)conhecimento do que de fato compõe a sociedade brasileira.

ENTREVISTA



Prof. Dr. Moisés de Melo Santana, Recife

Abiodum - Como militante acadêmico da mobilização nacional por uma educação que integre em suas finalidades e processos o reconhecimento da pluralidade étnicorracial e da capacidade de produção de conhecimento nos territórios da diáspora africana, como avalia a década recente no campo da educação?

Prof. Moisés - A educação brasileira ainda não está atendendo devidamente o que preceitua a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação. Todavia, podemos afirmar que nesses 10 anos foi construído um cenário fértil para a implementação da Lei. Há muitas experiências positivas sendo desenvolvidas pelas redes municipais e estaduais de ensino. As universidades começam a desenvolver programas de formação continuada de professores/as visando contribuir com as ações de implementação. Mas é essencial mexer nos cursos de licenciaturas, nas matrizes suas curriculares para que os novos/as licenciandos/as aprendam a lidar com as relações étnico-raciais e com a problemática do racismo no cotidiano escolar. O Ministério da Educação criou a Rede Nacional de Formação Continuada – RENAFOR, vinculada a CAPES/Ministério da Educação, que a oferta cursos de formação continuada de extensão, aperfeiçoamento e especialização para a Educação para as Relações Étnico-Raciais. Essa lei representa, por um lado, a culminância de um longo processo de luta do movimento social negro brasileiro, por outro, o início de um novo ciclo de democratização das relações étnico-raciais.

Abiodum - A agenda político-cultural proposta pelas alterações da LDBEN em 2003, pela lei 10.639/03, a seu ver, teve adesão significativa em alguma esfera da vida universitária em especial na formação de professores? Quais os seus resultados?

Prof. Moisés - Desde o final do século XIX temos referência de lutas em torno da educação. As mais significativas são as da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, nos anos 30 e 40 do século passado. O racismo é uma dimensão estruturante da formação cultural brasileira. Sendo

assim, o seu enraizamento é capilar e profundo, produziu e continua produzindo os nossos modos de pensar e estabelecer relações sociais. As instituições estão permeadas por essa mentalidade. Romper com ele significa desestabilizar para reconfigurar novas relações sociais, mexer com relações de poder, de produção de subjetividades, essa talvez seja a maior dificuldade no processo de implementação da lei 10.639/03. É um desafio que exigirá mudanças profundas na mentalidade e nos currículos escolares, impregnadas de uma perspectiva eurocentrada de conhecimento. Os Núcleos de Estudos afro-brasileiros e a Associação de Pesquisadores Negros se fortaleceram nessa última década. Os Programas de Ações afirmativas e as Políticas de Cotas impactaram a vida acadêmica nas universidades brasileiras. É possível afirmar que há um processo de reconfiguração da matriz discursiva vinculada ao mito da democracia racial brasileira. O Ministério da Educação desde a criação do Programa Diversidade na Universidade, que possibilitou a criação da SECAD, hoje SECADI - MEC, tem desenvolvido um conjunto significativo de ações de pesquisa, publicação e formação de professores/as. Mas são processos ainda incipientes, limitados, a mentalidade imperante ainda é permeado pela matriz discursiva do mito da democracia racial.

Abiodun - Quais as iniciativas que considera mais relevantes em relação à produção de conhecimento acadêmico neste período? Por quê?

Prof. Moisés - A criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN e articulação do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro Brasileiros - CONNEABS são as ações estruturantes mais importantes. Essas ações criaram um polo de produção de conhecimento fundamental no seio das universidades brasileiras. Tivemos um crescimento significativo de pesquisas e publicações, linhas de pesquisas, grupo de pesquisas interdisciplinares.

Todavia, o aspecto mais significativo é o da emergência do campo interdisciplinar da Educação da Relações Étnico-Raciais. Desde o final do século XIX temos referência de lutas em torno da educação. As mais significativas são as da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro, nos anos 30 e 40 do século passado. O racismo é uma dimensão estruturante da formação cultural brasileira. Sendo assim, o seu enraizamento é capilar e profundo, produziu e continua produzindo os nossos modos de pensar e estabelecer relações sociais. As instituições estão permeadas por essa mentalidade. Romper com ele significa desestabilizar para reconfigurar novas relações sociais, mexer com relações de poder, de produção de subjetividades, essa talvez seja a maior dificuldade. É um desafio que exigirá mudanças profundas na mentalidade e nos currículos escolares, impregnadas de uma perspectiva eurocentrada de conhecimento.

As experiências são muito dispare. Há formas de resistências à implementação da lei. O racismo institucional atua de forma ativa, criando obstáculos. Mas temos a criação de iniciativas fundamentais nas redes de ensino, na atuação de professoras/es, nas universidades através dos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros. Temos muito material sendo produzido para subsidiar a formação de professores e as redes de ensino.

O Ministério da Educação tem contribuído efetivamente com o processo de implementação, financiando pesquisas, publicando livros e institucionalizando programas. Várias universidades de criado componentes curriculares no campo da história, sociologia, antropologia. Mas o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFRPE, através da Resolução 217/2012, estabeleceu a obrigatoriedade do componente curricular: *Educação das Relações Étnico-Raciais*, nos currículos dos cursos de graduação da UFRPE. Essa aprovação fortalece a rede dos que lutam por uma educação antirracista e substantivamente democrática.

Abiodum - Que tipos de ações que, a seu ver, são favoráveis para agregar as forças pro-ativas em relação à educação das relações etnicorraciais existentes nas universidades, espaços de gestão e nas escolas?

Prof. Moisés - As ações que fortaleçam, consolidem e ampliem os espaços criados nas instituições de produção de conhecimento e de formação. É necessário repensar os cenários, seus avanços, conquistas e limites, fundamental na montagem de novas estratégias. É fundamental criar mecanismos estruturantes nas Políticas de Pós-Graduação, articular melhor as ações de formação continuada junto as redes de ensino federal, estaduais e municipais. Desenvolver espaços coletivos de atuação dos estudantes nas universidades.

Quem é?

Professor Associado da UFRPE [Univ. Federal Rural de Pernambuco]; Membro da Comissão Técnica Nacional para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros [CADARA], e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Educação, Culturas e Identidades [UFRPE & Fund. Joaquim Nabuco] criado em 2013, e em sua primeira seleção com cotas de 25% das vagas para candidatos negros e indígenas. Coordenador, na Região Nordeste II, de Pesquisa Nacional sobre implementação Lei 10.639/03.

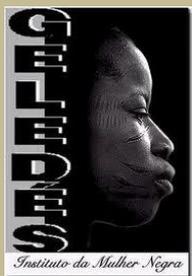
ATIVIDADES EDUCACIONAIS - destaques

Pesquisa *Olodum: carnavalizando a educação – curricularidade em ritmo de samba-reaggae*

Praticas Pedagógicas de trabalho com Relações Etnico-Raciais na Escola Na perspectiva da Lei 10.639/03

Extensão - Estratégias Pedagógicas para Implementação da Lei 10.639/03 nas redes de Ensino

Membro titular do Conselho Municipal de Educação de Recife [gestão atual/2013]



Instituto da Mulher Negra foi criado em 30 de abril de 1988.

É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

Posiciona-se também contra todas as demais formas de discriminação que limitam a realização plena da cidadania, tais como: a homofobia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social.

Desta perspectiva, as áreas de atuação prioritárias da ação política e social de **Geledés** são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa, e as políticas públicas.

Em todos esses temas **Geledés** desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações de defesa dos direitos de cidadania além de monitorar e reproduzir nesse Portal o debate público que ocorre sobre cada um deles no país e no mundo.[extraído integralmente do **Portal Geledés**, www.geledes.org.br]



A **Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação** é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, realiza atividades de formação e apoio a grupos de educadores, jovens e agentes culturais. Integra campanhas e outras ações coletivas que visam à realização desses direitos, no nível local, nacional e internacional. Desenvolve pesquisas, divulga informações e análises enfocando as políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial e de gênero.[extraído integralmente do site <http://www.acaoeducativa.org.br>]

Contribuições e sugestões para o nosso Boletim podem ser feitas pelo e-mail petpedagogia07@gmail.com ou pelo facebook do PET/Pedagogia UFSC.